



Indique o(s) artigo(s)
de interesse, através dos
marcadores abaixo,
(copie e cole no e-mail):

Revista dos Tribunais, Ano 108, Vol. 1006, Agosto de 2019.

**COMENTÁRIOS À MP 881/2019: PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE OS
IMPACTOS DA MEDIDA PROVISÓRIA DA LIBERDADE ECONÔMICA NO
DIREITO ADMINISTRATIVO**

RT 1006: 23 - 57

Aldem Johnston Barbosa Araújo

RESUMO

Análise sobre os impactos da Medida Provisória 881/2019 no direito administrativo, em especial sobre as modificações no regime jurídico que rege a relação entre a Administração Pública e os seus administrados no exercício de atividades econômicas.

**O DEVER DE INDENIZAR DECORRENTE DE ABUSO DE DIREITO NA
DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA DA ADOÇÃO NO ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA**

RT 1006: 61 - 97

*Bárbara Cristina Oliveira Santos
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas*

RESUMO

O presente artigo pretende analisar a possibilidade de responsabilização e reparação civil dos pretendentes à adoção, em decorrência do abuso de direito no ato de devolução da criança e do adolescente ao abrigo, durante o estágio de convivência. Propõe-se, por meio de técnica dedutiva, bibliográfica e jurisprudencial, analisar os danos graves e muitas vezes perpétuos, causados aos infantes devolvidos imotivadamente à instituição de acolhimento, durante o procedimento de adoção, verificando, especificamente, o cabimento e a importância da responsabilização civil daqueles que provocam tamanho sofrimento na vida da criança ou do adolescente, resultante de mais uma rejeição em sua vida. Abordar-se-á, para tanto, o instituto da adoção tal como se encontra disciplinado no ordenamento jurídico brasileiro, sua evolução histórica, seus princípios informadores, a responsabilidade civil e sua incidência no Direito de Família, o estágio de convivência, as causas da devolução, os efeitos psicológicos gerados nos menores, e, por fim, analisar-se-á casos concretos ocorridos no Brasil, deixando evidente a possibilidade de indenização por danos morais e materiais, em face da devolução do menor, durante o estágio de convivência previsto no procedimento de adoção. O estudo tem como fundamento, portanto, os princípios fundamentais assegurados aos menores incorporados na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial, a garantia da dignidade da pessoa humana, a proteção integral com absoluta prioridade e o melhor interesse da criança e do adolescente.

UM MODELO VERTICAL E HORIZONTAL DE PODER NO BRASIL

RT 1006: 101 - 125

Isabel Cristina Arriel de Queiroz

RESUMO

O Brasil apresenta um modelo vertical e horizontal de poder. O modelo norte-americano de Federação, por ocasião da independência, se transformou em verdadeira democracia, embasada em um quadro de autonomia e liberdade, refletindo-se, por consequência, em liderança e forte influência, sobretudo nas Constituições em grande parte do mundo. Essa autonomia não se alcança quando um país coloca o poder em detrimento do desenvolvimento e bem-estar do seu povo. O Brasil, nesse sentido, vem apresentando modelos diferenciados – seja de Federação, seja na tripartição de poderes – cujos entraves estão unicamente atrelados à incansável busca de poder pelos representantes do povo. Essa situação é fortemente vivenciada nos conflitos em relação ao Poder Judicial com o denominado ativismo judicial e pela pouca atuação dos demais poderes associados à falta de autonomia dos Estados e Municípios, em relação ao poder centralizado da União. Esse sistema constitucional brasileiro clama por urgentes reformas legislativas no Estado, notadamente ao art. 84, em especial aos incisos XIII, XIV, XV e XVII, e arts. 22 a 33 que tratam de competências entre os entes federativos, e sobretudo no Capítulo VI, que trata da tributação e do orçamento, todos por não se enquadrarem como protegidos por cláusula pétrea, nos termos do art. 60, § 4º, levando o Estado ao efetivo modelo norte-americano de gestão.

UMA ANÁLISE DOGMÁTICA DA LEI 11.788/08: EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DO FIM PEDAGÓGICO DO ESTÁGIO

RT 1006: 129 - 162

*Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira
Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson*

RESUMO

A pesquisa em tela, fazendo uso de uma metodologia de análise qualitativa, usando-se os métodos de abordagem hipotético-dedutivos de caráter descritivo e analítico, adotando-se técnica de pesquisa bibliográfica, tem por desiderato fazer uma análise dogmática da relação jurídica do estágio, prescrito na Lei 11.788/08, e de forma específica aferir os requisitos de validade formal e material do contrato de estágio de sorte a poder identificar práticas fraudulentas com o desiderato de mascarar uma real relação empregatícia, socorrendo-se da “roupagem” do contrato de estágio.

SISTEMA BLOCKCHAIN E INSEGURANÇA JURÍDICA QUANTO À RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS AFETOS A MOEDAS VIRTUAIS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

RT 1006: 165 - 185

*Douglas Belanda
Ana Elizabeth Lapa Wanderley Cavalcanti*

RESUMO

Não é segredo que o mundo tecnológico nos fornece uma imensa gama de possibilidades e novidades, fato positivo no contexto social. A vertente complicada é que, dado a rapidez do desenvolvimento tecnológico, não raro o direito deixa de acompanhar novas formas de interação e contratação no cenário digital, ocasionando certa insegurança jurídica. Por tal turno, tal artigo busca elencar os detalhes benéficos do sistema *blockchain* e diferentes moedas virtuais no ambiente

nacional e mundial, entretanto, elencando os mais variados problemas quanto à insegurança jurídica no quesito de recuperação de créditos. A ideia, portanto, não é criar travas para utilização de tal sistema de valor agregado, mas sim, chamar atenção dos doutos doutrinadores, juristas e legisladores quanto à necessidade ímpar de se criar mecanismos processuais para blindar tal contratação e alternar para algo tangível ou relativamente concreto o viés de moeda virtual e rede blockchain, permitindo, por consequência, eventual recuperação de crédito em atraso.

O PROBLEMA DO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RT 1006: 187 - 198

João Gilberto Belvel Fernandes Júnior

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivos a sistematização das decisões judiciais que circunscrevem a evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a sua própria competência para o controle de constitucionalidade concentrado de leis orçamentárias, e também a discussão de algumas das repercussões políticas e institucionais que podem advir da nova posição da corte sobre o tema.

WHISTLEBLOWING NO PACOTE ANTICRIME

RT 1006: 201 - 229

*Eduardo Cambi
Gustavo Carvalho Kichileski*

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a proposta de alteração legislativa do Pacote Anticrime, apresentado pelo Ministro da Justiça Sérgio Fernando Moro, em especial a alteração na Lei 13.608/2018, que busca introduzir a figura do *whistleblower* no Brasil. A metodologia utilizada foi a qualitativa, com exame da legislação, doutrina e jurisprudência. Busca-se trazer elementos para aprimorar a proposta legislativa e demonstrar a importância do instituto no combate à criminalidade e à corrupção.

AS FINALIDADES DA PENA

RT 1006: 231 - 253

Guilherme de Souza Nucci

RESUMO

Cuida-se de artigo buscando demonstrar que a pena decorre da prática de um crime, julgado o seu autor com a observância do devido processo legal e todas as garantias daí advindas, razão pela qual há legitimidade para a sua aplicação pelo Estado. A partir disso, depreende-se a função do Direito Penal e o motivo da punição, sem perder de vista que, concretizada a pena por intermédio do Judiciário, objetiva-se atingir finalidades variadas, desde a retribuição pelo delito cometido à prevenção do cometimento de novos crimes, seja pelo mesmo sentenciado, seja por outras pessoas. A pena possui não uma, mas diversas finalidades, que não se excluem, mas se integram, com o escopo de assegurar a paz social e enaltecer o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, aplicável sob o enfoque tanto da vítima do delito quanto de seu autor.

**A REFORMA PREVIDENCIÁRIA EM FACE DO PRINCÍPIO
DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL**

RT 1006: 257 - 286

*Flaviano Lima
Luciano Martinez*

RESUMO

Este artigo analisa as propostas de alteração normativa sobre a pensão por morte, um dos mais importantes benefícios previdenciários, à luz do princípio da vedação ao retrocesso social.

**SÚMULA VINCULANTE: INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DA SEGURANÇA
JURÍDICA OU FERRAMENTA DO ATIVISMO JUDICIAL?**

RT 1006: 289 - 302

Tony Ferreira de Carvalho Isaac Chalita

RESUMO

As decisões vinculantes têm desempenhado um papel de protagonismo na atividade legislativa que vem sendo livremente exercida pelo Poder Judiciário. Denota-se que o próprio Estado é o grande causador desse colapso. Na ânsia de garantir o máximo de garantias e direitos individuais aos cidadãos, construiu mecanismos de proteção à segurança jurídica e à celeridade processual que demandaram sobremaneira o Judiciário, criando deformações irreparáveis na estrutura do sistema Estatal.

**A ATIPICIDADE DA TÉCNICA EXECUTIVA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
E O JUIZ COM SUPER-PODERES: UMA APROXIMAÇÃO DO SISTEMA
PROCESSUAL PENAL INQUISITÓRIO?**

RT 1006: 303 - 332

*Bryan Bueno Lechenakoski
Andreza Cristina Baggio*

RESUMO

O presente artigo possui como escopo fundamental realizar uma crítica acerca da atipicidade da técnica executiva no Código de Processo Civil, crítica esta que é reflexo da ampliação de poderes conferidos ao magistrado ao utilizar os meios atípicos que por bem entender, aplica em uma execução. Para tanto, utilizou-se primeiramente da vivência de sistemas no Processo Penal, trazendo à baila a discussão acerca da separação entre Processo Civil e Processo Penal e a obra Cenerentola de Francesco Carnelutti. A partir disto, procurou-se demonstrar a diferença entre os sistemas processuais penais, quais sejam o acusatório e inquisitório e, o porquê não é desejável a adoção de um sistema processual inquisitório. Firmados estes pilares básicos, foi realizada uma análise da atipicidade da técnica executiva no Processo Civil, trazendo à discussão além das disposições em lei sobre a matéria, os debates na doutrina sobre a temática acerca de quais seriam os limites dos meios disponíveis ao magistrado ao adotar as técnicas atípicas de execução. Analisado os embates sobre a atipicidade da técnica executiva, buscou-se aproximar os estudos feitos nos primeiros tópicos com a atipicidade da técnica executiva, em especial a possível aproximação da discricionariedade do Juiz e o sistema inquisitório no Processo Penal e toda a consequência lógica que é desencadeada por causa dos amplos poderes concedidos ao magistrado, para então ser firmada a crítica no que concerne os amplos poderes concedidos pelo Código de Processo Civil ao magistrado e os riscos inerentes da adoção de tal linha de pensamento.

IMUNIDADE NA TRANSMISSÃO DE BENS DESTINADA À REALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL: UM OLHAR ATENTO E CONSTITUCIONAL SOBRE O TEMA 796 DE REPERCUSSÃO GERAL

RT 1006: 335 - 354

*Mozart Vilela Andrade Junior
José Antônio Felício*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo examinar os efeitos que a afetação do Tema 796 de Repercussão Geral pelo Supremo Tribunal Federal produzirá sobre a imunidade constitucional prevista no artigo 156, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, especialmente para o caso de transmissão de bens e direitos destinada à realização de capital social. Para tanto, foram investigados os valores plasmados no Texto Constitucional, conceitos do direito societário e disposições da legislação tributária vigente e, ao final, buscaram-se as circunstâncias fáticas do caso afetado para delinear, com precisão, a questão constitucional efetivamente discutida no *leading case*.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: OS LIMITES DO USO DA TECNOLOGIA E DA AUTOMAÇÃO NA ADVOCACIA

RT 1006: 357 - 373

Julia Ana Cerqueira Fatel Cruz

RESUMO

O tema deste trabalho envolve a Inteligência Artificial, a tomada de decisões automatizadas e a ética dos dados no cenário jurídico, considerando a informatização do processo judicial e o acesso às informações disciplinados pelas Leis 11.419/2006 e 12.527/2011, bem como o estímulo à capacitação científica e tecnológica disposto na Lei 13.243/2016. Nesse intento, a pesquisa busca investigar os limites do uso da tecnologia e da automação do sistema na prática da advocacia por Inteligência Artificial, preservando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e a garantia da segurança jurídica. Especificamente, visa discorrer sobre o avanço tecnológico global e as relações no ambiente da Internet, abordando questões relacionadas à ética dos dados no cenário jurídico. Utilizaram-se pesquisa bibliográfica, artigos de Internet e legislação federal, com o intuito de proporcionar melhores e mais precisas informações sobre o tema. O estudo tem como finalidade elucidar de que forma o uso das ferramentas matemáticas, pretensamente imparciais, pode conter a subjetividade de seus criadores e afetar a qualidade dos dados fornecidos, uma vez que o Direito é atividade humana, de juízo moral e valorativo, mostrando-se extremamente arriscadas as decisões proferidas matematicamente como simples estratégia jurídica, apontando a necessidade de regulação específica.